



Missão do TSE aos estados de Alagoas e Pernambuco

Brasília – 2011



Missão do TSE aos estados de Alagoas e Pernambuco

Brasília – 2011

© 2011 Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Gestão da Informação

Praça dos Tribunais Superiores – Bloco C – Edifício Sede
70096-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3316-3301
Fac-símile: (61) 3316-3002

Diretora-Geral da Secretaria

Patrícia Maria Landi da Silva Bastos

Concepção e organização

Alexandre Gomes Doerner Sena

Editoração

Coordenadoria de Editoração e Publicações/SGI
Editoração
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov)

Projeto gráfico

Rauf Soares

Revisão de textos

Seção de Preparação e Revisão de Originais (Seprev)

Impressão, acabamentos e distribuição

Seção de Impressão e Distribuição (Seidi/Cedip/SGI)

Participantes da missão

Mara Núbia Dellinghausen de Franco
Paulo Marco Crestani Perez
Edilson Ricardo da Silva
Luiz Frank Ribeiro Lopes
Charles Augustus de Sousa Melo
Paschoal Rosseti Neto

Pessoal de apoio em Brasília

Murilo Maia Herz
Rodrigo Borges Correia

Fotógrafos

Mara Núbia
Edilson Ricardo

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.

Missão do TSE aos estados de Alagoas e Pernambuco / Tribunal
Superior Eleitoral -- Brasília : Secretaria de Gestão da Informação,
Coordenadoria de Editoração e Publicações, 2011.
48 p. : il. color. ; 29,5 cm.

1. Assistência social – Pernambuco. 2. Assistência social – Alagoas.
3. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral – assistência social. I. Título.

CDD 362.509 813

CDU 364.682:556.166(813.4/.5)

Tribunal Superior Eleitoral

Presidente

Ministro Ricardo Lewandowski

Vice-Presidente

Ministra Cármen Lúcia

Ministros

Ministro Marco Aurélio

Ministra Nancy Andrigli

Ministro Gilson Dipp

Ministro Marcelo Ribeiro

Ministro Arnaldo Versiani

Procurador-Geral Eleitoral

Roberto Monteiro Gurgel Santos



Família em Branquinha: restou a esperança.



Gente humilde

Chico Buarque, Garoto e Vinícius de Moraes

Tem certos dias
Em que eu penso em minha gente
E sinto assim
Todo o meu peito se apertar
Porque parece
Que acontece de repente
Feito um desejo de eu viver
Sem me notar
Igual a como
Quando eu passo no subúrbio
Eu muito bem
Vindo de trem de algum lugar
E aí me dá
Como uma inveja dessa gente
Que vai em frente
Sem nem ter com quem contar

São casas simples
Com cadeiras na calçada
E na fachada
Escrito em cima que é um lar
Pela varanda
Flores tristes e baldias
Como a alegria
Que não tem onde encostar
E aí me dá uma tristeza
No meu peito
Feito um despeito
De eu não ter como lutar
E eu que não creio
Peço a Deus por minha gente
É gente humilde
Que vontade de chorar



Santana do Mundaú: prédio da Secretaria Municipal de Educação destruído.

Apresentação

Em meados de junho de 2010, vários municípios dos estados de Alagoas e Pernambuco foram atingidos por chuvas intensas, que causaram as cheias dos rios Una, Pirangi, Sirinhaém, Mundaú e Canhoto. As chuvas começaram na sexta-feira, dia 18, e prosseguiram por quase uma semana, de maneira ininterrupta.

Vinte e nove municípios de Alagoas e Pernambuco decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública. Quarenta e sete pessoas morreram, vinte e nove foram consideradas desaparecidas e mais de 80 mil ficaram desabrigadas.

Os estragos na infraestrutura desses municípios foram brutais. Além da destruição de residências e edifícios comerciais, vários prédios públicos foram atingidos: prefeituras, secretarias municipais, cartórios, escolas e unidades de saúde.

Em face da necessidade de se fazer um levantamento dos estragos sofridos pelos cartórios eleitorais e pelos locais de votação, bem como das consequências para a realização do pleito eleitoral daquele ano, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) enviou em julho – exatamente um mês após o flagelo – uma equipe de cinco servidores de seu quadro funcional aos municípios mais atingidos pelas enchentes.

A missão enviada pelo TSE visitou quinze municípios flagelados. Em Alagoas, os servidores inspecionaram as cidades de Branquinha, Murici, Quebrangulo, Rio Largo, Santana do Mundaú e União dos Palmares. Em Pernambuco, foram vistoriadas as cidades de Barreiros, Catende, Cortês, Jaqueira, Maraial e Palmares. A equipe ainda registrou, por meio de fotografias, a situação em outras três cidades: Água Preta e Ribeirão, em Pernambuco, e São João da Laje, em Alagoas.



Trator em meio à montanha de lixo nas proximidades de Barreiros.

Como surgiu a ideia

A iniciativa de se formar uma missão para vistoriar os municípios atingidos pelas cheias em Alagoas e Pernambuco, de maneira inédita na história da Justiça Eleitoral, surgiu de uma feliz combinação de ideias. Ainda em fins de junho de 2010, o técnico judiciário Edilson Ricardo da Silva, lotado na Assessoria de Segurança do TSE, levou à diretora-geral do Tribunal, Patrícia Landi Bastos, a proposta de se criar uma espécie de força-tarefa: um grupamento especial de segurança, com agentes treinados e capacitados, para ficar à disposição da Justiça Eleitoral durante o período das eleições.

A ideia apresentada pelo servidor já vinha sendo amplamente discutida pela Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal (Agepoljus), da qual Edilson Ricardo fazia parte. Tal proposta ganhou força a partir dos incidentes ocorridos no município de Benedito Leite, no Maranhão, durante o pleito municipal de 2008, quando cidadãos insatisfeitos com o cancelamento de seus títulos eleitorais queimaram diversas urnas eletrônicas. À época, foi necessário o envio de policiais civis, militares e federais, além de soldados do Exército, para garantir a segurança da eleição naquele município maranhense.

Quando Edilson Ricardo foi apresentar a proposta à diretora-geral do TSE, o órgão estava às voltas com preocupações mais imediatas. Recém-empossado como presidente da Corte, o ministro Ricardo Lewandowski acompanhava com apreensão o noticiário sobre a destruição nas cidades de Alagoas e Pernambuco. As informações que chegavam pela imprensa, além do que era relatado pelos tribunais regionais eleitorais daqueles dois estados, indicavam que seriam necessárias medidas emergenciais para garantir que as eleições de 2010 pudessem ser realizadas nos municípios atingidos.

Ao ouvir a ideia da criação da força-tarefa, Patrícia Landi aproveitou o ensejo para sugerir que Edilson Ricardo elaborasse uma proposta de envio de equipe às cidades atingidas pelas enchentes, preocupação maior do ministro Lewandowski naquele mês de junho. “Eu me sentiria honrado em participar de uma missão como essa”, disse ele à diretora-geral. Sem falsa modéstia, Edilson Ricardo hoje se considera o “pai” da força-tarefa.

A visita preliminar a Alagoas

A proposta apresentada à diretora-geral do TSE previa que fosse feita uma missão preliminar, com o intuito de estabelecer um contato prévio com os tribunais regionais eleitorais de Alagoas e Pernambuco e, desta forma, conhecer os anseios e as necessidades dos cartórios eleitorais naquele momento inicial de reconstrução, além de prover informações sobre a situação calamitosa da região.

Para tanto, Edilson Ricardo e seu colega Paschoal Rossetti Neto, também integrante da Assessoria de Segurança do TSE, foram enviados a Maceió. A escolha de Paschoal Neto não foi por acaso: bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, o servidor estava acostumado a tratar com autoridades, inclusive estrangeiras, que eventualmente visitavam o Tribunal. Assim, o envio dos dois servidores do TSE ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Alagoas teve características de uma missão diplomática, em que predominou um clima de colaboração entre as instituições.

“Essa missão preliminar foi coberta de gentilezas de todas as partes”, relembra Paschoal Neto. “O desembargador do TRE estava participando de uma sessão e a interrompeu para nos receber”. As gentilezas não pararam por aí. O corregedor do TRE de Alagoas, Raimundo Alves de Campos Júnior, foi pessoalmente buscar os dois servidores no hotel em que estavam hospedados. “Nunca havia recebido a visita, em hotel, de um corregedor de um tribunal regional eleitoral”, brinca Paschoal Neto.

Segundo observação do servidor, havia um clima de apreensão no TRE de Alagoas a respeito da ajuda do TSE. Temia-se que ela não se concretizasse. “Nossa presença mostrou que o TSE não fechou os olhos e reagiu no tempo certo”, enfatiza.

A partir dessa visita preliminar a Alagoas, foi produzido um relatório que substanciou as ações práticas que viriam a ser tomadas posteriormente pelo Tribunal Superior Eleitoral. O relatório identificou as questões para as quais o TRE alagoano esperava auxílio do TSE. “Trouxemos imagens, documentos, pedidos do diretor-geral e do presidente do TRE”, explica Paschoal Neto. Teve destaque a preocupação do desembargador no tocante à identificação dos eleitores das cidades atingidas pelo flagelo. Houve inúmeros casos de cidadãos que perderam praticamente todos os documentos, inclusive os de registro civil. Com vários cartórios totalmente destruídos, a dificuldade em reaver a documentação dessas pessoas só aumentava. Ao saber da situação, a diretora-geral do TSE prontamente providenciou os formulários para fabricação de novos títulos eleitorais.

Na missão preliminar, Edilson Ricardo e Paschoal Neto visitaram apenas o TRE de Alagoas. Lá foram informados também da situação em Pernambuco, que havia recebido a visita do presidente do TSE, Ricardo Lewandowski. Questões logísticas da missão técnica a ser realizada posteriormente (tais como municípios que serviriam com base operacional, vestuário a ser utilizado, alimentação, etc.) foram definidas a partir dos dados colhidos pela missão preliminar.



Jovens retiram destroços em Rio Largo.



Luiz Frank, Edilson Ricardo e Charles Augustus com bombeiros de Santana do Mundaú.

O envio da força-tarefa a Pernambuco

A missão que verificaria, *in loco*, as condições dos municípios mais afetados pelas enchentes de junho só iniciou seus trabalhos, de fato, algumas semanas depois. Desta vez, Paschoal Neto permaneceu na sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília. Juntamente com ele, os servidores Murilo Maia Herz e Rodrigo Borges Correia, também da Assessoria de Segurança do TSE, supervisionaram o trabalho da equipe enviada ao Nordeste.

Entre as atividades previstas, naturalmente, estava a verificação do estado das urnas eletrônicas armazenadas nos polos regionais, bem como a escolha de novos locais de votação adequados à instalação das urnas. Para tanto, foi convocada para atuar na missão a chefe da Seção de Administração e Manutenção de Urnas Eletrônicas do TSE, a servidora Mara Nubia Delllinghausen Franco.

Além de Mara Núbia e Edilson Ricardo, foram enviados à região mais três servidores da área de segurança: Paulo Marco Crestani Perez, Luiz Frank Ribeiro Lopes e Charles Augustus de Sousa Melo. “Rodamos todas as cidades afetadas, visitamos uma por uma, sem pressa, tendo o cuidado de conversar com os chefes de cartórios”, relembra Paulo Perez. Segundo ele, muitos chefes de cartórios e juízes eleitorais ficaram positivamente surpresos, não sem certa incredulidade, com a presença de representantes do Tribunal Superior Eleitoral naquelas localidades.

O quinteto desembarcou em Recife no domingo, 18 de julho, exatamente um mês após o início das chuvas que arrasaram a região. No mesmo dia, a equipe foi ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, onde foram recebidos pela diretora-geral daquele órgão, Marília Gonçalves Berquó. “A doutora Marília foi muito solícita, nos recebeu muito bem”, destaca Luiz Frank. De imediato, foi realizada reunião na qual foram apresentadas as ações já realizadas pelo TRE no tocante ao flagelo, bem como o planejamento de ações futuras. Os servidores do TSE também ficaram a par do contexto vivido pelos municípios, em especial quanto às instalações a serem utilizadas pela Justiça Eleitoral.

Os representantes do TRE de Pernambuco presentes à reunião defenderam o uso, na medida do possível, de escolas e edifícios públicos para realização do pleito daquele ano, procurando afastar a possibilidade de uso de tendas ou barracas improvisadas. Havia um clima relativamente otimista quanto ao cronograma previsto pelo Governo do Estado de Pernambuco para a limpeza, reconstrução, reforma e entrega das escolas estaduais atingidas pelas enchentes, de forma a permitir o uso de suas instalações pelo TRE durante o período eleitoral. Já em relação às escolas municipais, o cenário era menos otimista: não havia até aquele momento qualquer informação sobre reformas ou reconstruções a serem executadas pelas prefeituras.

Barreiros: destruição e uma montanha de lixo

Município do litoral sul pernambucano com pouco mais de 40 mil habitantes, a 91 quilômetros de Recife, Barreiros foi uma das localidades mais devastadas pelas enchentes. Por isso mesmo, foi o primeiro município de Pernambuco a ser vistoriado pela missão do TSE, logo na segunda-feira, 19 de julho.

Mais de um mês após as fatídicas chuvas, a cidade ainda não havia conseguido se recuperar da tragédia. Havia muita destruição ao longo do Rio Una, que corta o município. O depoimento de Luiz Frank ilustra bem o que os servidores do TSE sentiram: “Foi traumático para o pessoal da missão. Quando chegamos a Barreiros, vimos que a destruição foi muito maior do que se pensava. A impressão era de que tinha caído uma bomba em cima da cidade”.

O que mais chamou a atenção dos servidores foi o monte de lixo depositado à beira da rodovia, a cerca de cinco quilômetros da entrada de Barreiros. Além da visão desalentadora do detrito entulhado, o cheiro ali era insuportável. “Tivemos que usar máscaras”, lembra Luiz Frank. “Havia muito lixo, muito dejetos orgânicos”.

Mara Núbia assim descreve o que viu: “O odor era indescritível. Toda a sujeira da cidade de Barreiros foi colocada à beira da estrada, inclusive restos de animais em avançado estado de decomposição. E a própria lama do rio, que levou tudo. Destruíu farmácias, supermercados. Era um horror a visão que a gente tinha à beira da rodovia”.

Na entrada da cidade, a equipe do TSE encontrou instalações das Forças Armadas. Bem organizadas, elas serviram como contraponto ao choque visual que os servidores tiveram com o lixo na estrada. Foi realizado o contato institucional com o Capitão Wagner, responsável pelo 7º Grupamento de Artilharia de Campanha e da 14ª Bateria de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro. O oficial recebeu os servidores de forma solícita e prestou informações sobre as operações realizadas no local. “O contato com o Exército foi maravilhoso”, ressalta Luiz Frank. O Capitão Wagner também transmitiu mensagem de seus superiores, ressaltando o interesse e a boa vontade do Exército em atender eventuais solicitações da Justiça Eleitoral no tocante à ampliação das atividades ali executadas.



Móveis entulhados em escola de Barreiros.



Em seguida, a equipe visitou o Acampamento Esperança, na entrada da cidade, onde algumas barracas (*Shelter boxes*), cedidas por organismos internacionais, foram montadas para acomodar os desabrigados. Não era permitido que as pessoas colocassem móveis dentro das barracas. Cada barraca continha um kit, com dois filtros de água importados (que duravam até dois anos), cobertores, lençóis, brinquedos e outros objetos para crianças. As barracas eram enormes, extremamente bem ventiladas.

No acampamento, além das barracas, havia banheiros, restaurante comunitário, área de lazer e contêineres para armazenar os móveis que os flagelados conseguiram salvar. A comida do restaurante comunitário era feita por cozinheiros profissionais, sob orientação de nutricionistas. Havia refeições especiais para crianças, idosos e diabéticos. Também havia preocupação com a segurança. Havia um posto policial em cada uma das áreas do acampamento. “A iluminação à noite era maravilhosa”, descreve Mara Núbia.

Ao visitar o acampamento, a equipe do TSE também conversou com integrantes do Comitê de Gestão de Crise, montado pelo Governo de Pernambuco, que informaram sobre todas as ações governamentais naquela região, a logística implementada e os recursos que estavam sendo disponibilizados, além de prover bastante informação sobre a realidade social da região. Os servidores foram informados que o governo do estado acabara de contratar uma empresa para efetuar a limpeza das ruas. Já havia também um cronograma de retorno de funcionamento das escolas públicas estaduais não condenadas.

Muitos prédios foram abaixo em Barreiros. Até a casa do prefeito foi embora. “Fosse um palácio ou não, ele estava na mesma situação de outras pessoas”, lembra Mara Núbia. O cartório eleitoral salvou-se por estar em um dos pontos mais altos da cidade. Tal como na estrada de acesso à cidade, as ruas de Barreiros estavam tomadas pelo lixo. Salas de aula, utilizadas como seções eleitorais, precisavam de uma boa faxina. A equipe do TSE apresentou, em relatório, a sugestão de que fossem convocados homens do Exército para executar a limpeza das salas nas escolas de Barreiros.

A visita a Barreiros durou um dia e meio. Na terça-feira, 20 de julho, os servidores seguiram para Cortês, município termo de Ribeirão.



Cortês, construída à beira do Rio Sirinhaém.

Cortês: a ajuda dos agentes de saúde

Com pouco mais de 12 mil habitantes, o Município de Cortês fica na Zona da Mata pernambucana e é cortado pelo Rio Sirinhaém. Sua economia depende principalmente da produção de cana-de-açúcar.

Também bastante atingida pelas cheias, a população desalojada de Cortês ocupou abrigos improvisados em prédios que funcionavam como locais de votação. Havia uma relativa preocupação com a perspectiva de desocupação desses locais até a eleição, que iria ocorrer em outubro.

Assim como em outros municípios visitados, os servidores do cartório eleitoral questionavam a falta de pessoal e a demora na cessão de servidores requisitados de outros órgãos para trabalhar no cartório. Em Cortês, a situação era agravada por conta da licença-maternidade concedida a uma servidora. Também havia preocupação com a segurança dos cartórios eleitorais, especialmente nos fins de semana. “O pessoal dos cartórios também apresentava sugestões, uma vez que cada cidade encontrava uma demanda específica, apesar da tragédia ter sido igual para todas”, lembra Edilson Ricardo.

Um problema recorrente em vários municípios destruídos pela tragédia era a emissão de cartas de convocação de mesários. Além da carência de servidores nos cartórios, a entrega das cartas pelos Correios tornava-se inviável, pois muitas vezes um determinado endereço não existia mais: a casa, ou mesmo toda a rua, havia sido destruída.

Muitas vezes a solução encontrada em um município anteriormente percorrido era repassada para o município visitado em seguida. Foi o caso do uso dos agentes de saúde para entregar as convocações de mesários em Cortês. A ideia foi ótima: os agentes conheciam os cidadãos por nome ou apelido, e sabiam onde eles se encontravam, se estavam ou não em abrigo.

Mara Núbia chama a atenção para outra questão: “Em um momento de luta pela sobrevivência, como fazer para o cidadão atender ao chamado da Justiça Eleitoral?”. Encontrar um caminho entre o dever institucional e as questões humanas que a tragédia trazia à tona foi um dilema constantemente vivido pelos participantes da missão.

Jaqueira: a mobilização fez a diferença

Município termo de Maraial, Jaqueira ficou isolada em razão da queda das cabeceiras da única ponte de acesso sobre o Rio Pirangi. Entretanto, apesar de ser um município pequeno – pouco mais de 11 mil habitantes – e com renda baixa, a mobilização da população e dos órgãos públicos em Jaqueira foi imediata e trouxe resultados “bastante satisfatórios”, segundo relatório elaborado pela equipe do Tribunal Superior Eleitoral, que visitou o município em 21 de julho.

“A população de Jaqueira não esperou a ação do poder público”, lembra Mara Núbia. “Eles próprios limpam a cidade, limpam as escolas”. Para ela, a situação na cidade estava muito tranquila e controlada.

O prefeito de Jaqueira alugou casas para abrigar 30 das 40 famílias desabrigadas. Outras 1.221 pessoas desalojadas foram levadas para o ginásio do município.

Todos os locais de votação de Jaqueira foram atingidos. “Havia o perigo de que muitas escolas ainda estivessem com entulhos na data da eleição”, relata Luiz Frank. Entretanto, a equipe do TSE constatou que já havia trabalhos de reconstrução em todos os locais. Foram solicitadas revisões elétrica e hidráulica nesses prédios.



Casa destruída em Jaqueira.



Povo de Maraial na saída do ginásio da cidade.

Maraial: risco à beira do rio

Após inspecionar Jaqueira, os servidores do Tribunal Superior Eleitoral visitaram no mesmo dia a vizinha Maraial, com 12 mil habitantes, sede da zona eleitoral. Com o isolamento provocado pelas enchentes, Maraial não sabia da situação em Jaqueira, apesar da proximidade dos municípios.

A equipe do TSE foi recebida pelo juiz eleitoral da cidade, que informou sobre as providências quanto à alocação de novos locais de votação, caso não fosse cumprido o prazo de desocupação de dois prédios públicos: a Escola Municipal Fábio Correa, utilizada como centro de distribuição de donativos, e a Escola Estadual Fábio Silveira Barros, que abrigava 21 famílias desalojadas.

Localizada à beira do Rio Pirangi, a Escola Municipal Fábio Correa teve parte da área externa posterior atingida pela força das águas, que levou boa parte de um pequeno pátio, deixando apenas dois metros de área entre o rio e a parte interna do prédio. Um dos servidores do cartório eleitoral, inclusive, desaconselhou a utilização do prédio como local de votação, pois colocaria em risco a segurança dos eleitores.

Já a Escola Estadual Fábio Silveira Barros, que abrigava as famílias desalojadas, não contaria com duas seções eleitorais, devido ao risco de desmoronamento de uma encosta na parte de trás do prédio.

A situação das escolas era reflexo de uma prática recorrente naqueles municípios da Zona da Mata: a construção desordenada de prédios em encostas e, principalmente, em locais próximos dos rios da região. “A maioria das cidades fica entre os rios, as encostas e os canaviais. Você sai de um município para outro, margeando canaviais o tempo inteiro”,

descreve Paulo Perez. Sem poder avançar sobre as áreas de canaviais, as cidades cresciam em direção aos rios.

Ao se lembrar da disposição das cidades, Mara Núbia chama a atenção para a previsibilidade da tragédia: “Era impressionante! Prédios e mais prédios públicos construídos à margem do rio – escolas, prefeituras, fóruns, cartórios eleitorais –, mesmo a população sofrendo constantemente com cheias, com a água subindo até um metro”. Para Mara Núbia, a população subestimou a enchente de 2010, que fez elevar bem mais o nível das águas dos rios. “A tragédia não foi fruto de ignorância; eles já sabiam que a área era atacada por aquele tipo de intempérie”.

Luiz Frank concorda com a colega quanto à falta de previdência na construção desses prédios públicos, já que as enchentes eram recorrentes na região. “Desde que eu me conheço por criança, que nos meses de junho e julho ocorrem enchentes na Zona da Mata do Nordeste”, diz. “Esses prédios públicos, notadamente as escolas, geralmente ficam em terrenos ribeirinhos, enquanto as áreas mais nobres das cidades ficam em terrenos mais elevados”.

Servidores da área de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Pernambuco já haviam feito o atendimento às populações de Maraial e Jaqueira, expedindo a segunda via dos documentos pessoais perdidos. Era outro problema a ser enfrentado: em muitos casos, as pessoas haviam perdido o registro civil e tinham dificuldade em obter uma segunda via do documento, pois os próprios cartórios haviam sido atingidos pelas cheias e os registros, destruídos.

Catende: dificuldades estruturais

Em Catende, município com cerca de 38 mil habitantes, os integrantes da missão do Tribunal Superior Eleitoral encontraram um cartório eleitoral com muitos problemas. Além da recorrente falta de servidores, o que atrapalhava a entrega das cartas de convocações de mesários, a própria estrutura física do cartório inspirava preocupação. O prédio, pertencente ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, era “velho, com falhas estruturais, com portas e janelas sem condições de segurança”, segundo descrito no relatório elaborado pela equipe do TSE.

A equipe entrou em contato com o juiz eleitoral de Catende, Ailton Soares Pereira Lima, que relatou suas impressões sobre a situação na cidade. Dois dos nove locais de votação situados na zona urbana estavam ocupados por desabrigados. Mesmo assim, não se vislumbrava a necessidade de alocação de novos locais – a previsão era de que até 2 de agosto os prédios estivessem desocupados.

A preocupação maior das autoridades em Catende realmente era com o prédio onde funcionava o cartório eleitoral. Foi sugerida, na ocasião, a instalação de grades e a substituição das portas.





Desalojados no ginásio de Catende.



Ponte destruída em Palmares.

Palmares: o cartório sumiu

Se a situação do cartório eleitoral de Catende já causara preocupação, em Palmares os servidores do Tribunal Superior Eleitoral certamente levaram um grande susto: o cartório desapareceu com a enchente. O prédio havia sido totalmente destruído, assim como equipamentos e documentos cartoriais. “O cartório foi arrasado, a lama subiu mais de cinco metros”, relembra Charles Augustus. “Perdeu-se toda a história do cartório”.

Dos cinco servidores do TSE que participavam daquela missão, Charles Augustus provavelmente foi o que mais se identificou com os dramas vividos pelos funcionários dos cartórios eleitorais das cidades visitadas. Antes de trabalhar no TSE, ele havia sido servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, lotado em cartório. Isso ajudou a equipe a estreitar o contato com os servidores dos cartórios eleitorais, inclusive com a chefe do cartório de Palmares, a jovem Ana Maria da Silva Barbosa.

Descrita pelos integrantes da missão do TSE como uma funcionária ágil e sempre bem disposta, Ana Maria parecia não se abater ante às adversidades impostas pela destruição de seu local de trabalho. De maneira improvisada, em meio às ruínas do prédio, ela trabalhava com um bloquinho de notas e algumas cadeiras cedidas pela Polícia Militar. Usava seu telefone celular particular para resolver questões do cartório.

Um episódio curioso, semelhante a uma anedota, ilustra bem o caráter inusitado da situação vivida por Ana Maria. Certa vez, ela precisou preencher um formulário para se inscrever em um treinamento e enviá-lo por *e-mail* à sede do Tribunal Regional Eleitoral, em Recife. Ana Maria utilizou o computador de sua casa para enviar o *e-mail*. O TRE não quis aceitar o formulário, porque ele deveria ser enviado a partir de um *e-mail* corporativo, que só poderia ser acessado a partir do computador de trabalho. Surgia o impasse: como ela poderia enviar o formulário utilizando o *e-mail* corporativo, se nem o prédio do cartório em que ela trabalhava existia mais?

“Ana Maria é uma pessoa exemplar”, elogia Luiz Frank. “Tomou pé da situação, ajudou a missão, nos acompanhou por toda a cidade”. Sem dúvidas, a servidora do TRE de Pernambuco ganhou a simpatia dos integrantes da missão do TSE, que se compadeceram da precária situação de trabalho da jovem. “Poderíamos ter feito mais pela Ana Maria”, lamenta Edilson Ricardo.

No relatório produzido pela equipe do Tribunal Superior Eleitoral, sugeriu-se a aquisição de um *notebook*, um telefone celular e um modem sem fio para o cartório eleitoral de Palmares. Um novo cartório eleitoral já estava em construção, ainda na fase de fundação. O polo de armazenamento das urnas eletrônicas em Palmares também havia sido destruído, mas, na ocasião da visita dos servidores do TSE, as urnas não se encontravam mais lá.

A situação de boa parte da cidade era deplorável. A ponte sobre o Rio Una foi destruída. A enorme quantidade de lama e entulhos havia comprometido a rede de esgoto do município, que tem quase 60 mil habitantes. Dos 19 locais de votação situados na zona urbana, seis haviam sido atingidos pela enchente. Outros cinco eram utilizados para abrigar as famílias desalojadas.

Como as seções eleitorais em Palmares eram as maiores da região (tinham, em média, 380 eleitores), era inviável agregar seções em um mesmo local de votação. Tornava-se necessário providenciar novos locais de votação. A equipe do TSE apresentou duas sugestões: a utilização de um espaço privado, pertencente a uma montadora de veículos, ou o aproveitamento das instalações de uma faculdade particular. O reitor da faculdade, aliás, sugeriu convocar estudantes universitários para atuar como mesários voluntários, em troca de menção de nota, mediante convênio com a Justiça Eleitoral.

De Pernambuco a Alagoas

Durante as viagens de vistoria às cidades pernambucanas, a equipe do Tribunal Superior Eleitoral contou com o apoio de motoristas e veículos cedidos pelo Tribunal Regional de Pernambuco. “Motoristas experientes, que conheciam a região e guiaram com extrema sabedoria”, elogia Mara Núbia.

Encerrada a visita às cidades de Pernambuco, os servidores do TSE seguiram para Alagoas. Mudou o estado da Federação, mas não o estado de espírito dos participantes da missão. O baque do contato com a difícil realidade social das cidades atingidas era tão parecido que eles se confundiam muitas vezes – esqueciam se estavam em Alagoas ou Pernambuco.

“As realidades econômica, social e política de Alagoas e Pernambuco são muito parecidas: populações ribeirinhas, muita pobreza, a dependência da prefeitura e do governo do Estado para as ações sociais”, explica Luiz Frank. “O índice de desemprego é muito grande. E o índice de natalidade é enorme, há muitas crianças”.

Sergipano, Luiz Frank viveu a infância na região da Zona da Mata e conhece bem a realidade nordestina. Foi considerado pelos colegas como o “chorão” da turma, pois muitas vezes ia às lágrimas, emocionado, especialmente no contato com as crianças da região. “Eu me sensibilizei bastante, porque nasci em uma região próxima”. Ele relata que as pessoas, nas ruas e nos abrigos, abordavam os participantes da missão, pedindo ajuda financeira ou cesta básica: “Tínhamos que dizer: ‘olha, a gente não tem cesta básica, não’”. Para ele, mais triste do que ver as casas destruídas era ver as pessoas alojadas nas escolas e nas tendas.



Crianças em abrigo de Murici: alegria na hora da foto.



Única mulher da missão, a gaúcha Mara Núbia naturalmente teve seu lado maternal despertado com o drama das crianças. Seu relato traz uma mostra do turbilhão de sentimentos vivido pelos servidores do TSE:

“A gente tentava não se envolver emocionalmente. Evitava dar balinha para as crianças, fazer brincadeiras. Em uma cidade de Alagoas, não teve jeito. O desespero delas, a carência foi tão grande que, quando a gente começou a fazer desenhos nesse acampamento, veio o tumulto em cima da gente. As crianças achavam que a gente era da Polícia Federal, então vinham contar histórias de desvio de donativos. Isso foi muito triste, doeu pra caramba. Ou achavam que a gente era de algum órgão do governo, responsável pelo cadastramento em algum programa social. Aquilo gerava uma sensação de impotência em cada um da equipe que era indescritível”.

Charles Augustus lembra um episódio que, para ele, foi o mais marcante da viagem: uma mãe tentava, desesperadamente, tirar uma bolinha de papel de dentro da narina de sua filha. O servidor do TSE chamou um capitão do Corpo de Bombeiros para ajudar a retirar o objeto da narina da criança. Não foi um incidente grave e a bolinha de papel foi retirada sem maiores complicações. Mas, ao final, aliviada, a menina virou-se para Charles Augustus e disse: “Obrigada, o senhor salvou a minha vida!”.

Filho de pai maranhense e mãe piauiense, Charles Augustus também não esconde a emoção de presenciar as difíceis cenas da tragédia nordestina. “É difícil ver a miséria humana, a briga por alimentos”, reflete. Nessa situação-limite vivida pelos flagelados, o improviso das barracas muitas vezes parecia melhor que a vida anterior às enchentes. “Havia pessoas que não queriam sair dos abrigos para não perder a alimentação ali fornecida”.

Mesmo com uma história de vida diferente, o brasileiro Edilson Ricardo compartilha as mesmas impressões dos colegas. “Sempre fui criado em cidade grande. Quando você vai em um local em que se vê aquela miséria extrema, é comovente mesmo”. Edilson Ricardo mostrou-se extremamente sensibilizado com a situação das pessoas que perderam a moradia. “A expressão de desolação das pessoas era marcante”.

Seu colega e conterrâneo Paulo Perez também se compadeceu com a destruição dos lares. “Víamos pedaços de banheiro, pedaços de cozinha. As pessoas tinham feito a casa com cuidado, com capricho, com cerâmicas muito bonitas. E víamos as paredes misturadas com lama, as casas levadas como se fossem pedaços de papel”. A situação das crianças também o consternava. “Senti vontade de trazer todas para casa”, diz ele.

Mais otimista, Mara Núbia acreditava na força do povo nordestino. “Em todos os municípios, não havia sentimento de abatimento, e sim de esperança”, diz ela. “Eles só

não perdiam, em momento algum, a oportunidade de pedir auxílio". Para a servidora, a recuperação das cidades em Alagoas foi mais rápida que em Pernambuco.

Na capital alagoana, os servidores do TSE foram recepcionados pelo Coronel João Ramalho, diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, e por Fernando Costa, servidor da área de transportes daquele órgão. "Fomos recebidos que nem filhos", lembra Luiz Frank. Em seguida, partiram para Rio Largo, município da região metropolitana de Maceió.





Charles Augustus observa destruição em Branquinha.



Rio Largo: enxurrada avariou a ferrovia.



Rio Largo: a ferrovia retorcida

A equipe do Tribunal Superior Eleitoral visitou Rio Largo no dia 24 de julho. Com pouco mais de 68 mil habitantes, a cidade está a apenas 27 quilômetros do centro da capital alagoana. Rio Largo foi uma das localidades mais castigadas pelas enchentes. Rodovias de acesso ao município foram atingidas, assim como a estrada de ferro que corta a cidade. Os registros fotográficos da destruição da ferrovia, feitos pela equipe do TSE, impressionam. “Foi marcante ver o trilho todo retorcido”, diz Charles Augustus.

“Um dos bairros de Rio Largo foi totalmente destruído, foi uma coisa impressionante”, relata Luiz Frank. Três locais de votação haviam sido atingidos pela enxurrada e outros onze eram ocupados por desabrigados. Devido ao tamanho do eleitorado de Rio Largo, também era inviável efetuar a agregação de seções eleitorais. A Defesa Civil estava providenciando a instalação de barracas para abrigar os flagelados, o que liberaria os locais de votação ocupados. Também foi indicado o uso de um galpão de uma fábrica de tecelagem e do ginásio de esportes da cidade, como novos locais de votação.

Como em outros municípios, também havia dificuldade para entrega de cartas de convocação de mesários. Por ser próxima à capital, havia a facilidade de se convocar estudantes universitários para serem mesários voluntários, mediante convênio com a Justiça Eleitoral, a exemplo do que havia sido sugerido em Palmares.

Quebrangulo: tragédia na terra de Graciliano Ramos

Ainda em 24 de julho, a missão do Tribunal Superior Eleitoral chegou a Quebrangulo, cidade do interior alagoano com cerca de 11 mil habitantes, famosa por ser a terra do escritor Graciliano Ramos, autor de *Vidas Secas*.

O cartório eleitoral de Quebrangulo havia sido completamente destruído, tal como em Palmares. Ao contrário do que ocorrera no município pernambucano, felizmente os documentos e equipamentos haviam sido preservados. O cartório passou a funcionar provisoriamente no município vizinho de Palmeira dos Índios.

A situação dos cartórios eleitorais de Quebrangulo e Palmares ensejou a sugestão de usar carretas com a estrutura da Justiça Itinerante para auxiliar nos trabalhos cartoriais. A ideia da utilização das carretas foi considerada, pelos servidores do TSE, como um dos pontos mais positivos da missão.

Dois locais de votação em Quebrangulo haviam sido destruídos, mas já havia sido providenciada a escolha de locais alternativos. Novamente havia dificuldades para localizar os mesários cadastrados para trabalhar nas eleições daquele ano, mas se cogitava utilizar oficiais de justiça para fazer as convocações.





Prédio em ruínas na cidade de Quebrangulo.



Murici: um mar de destroços.



Murici: a força do Rio Mundaú

Com quase 27 mil habitantes, a 44 quilômetros de Maceió, Murici integra a bacia do Rio Mundaú, que nasce no sul de Pernambuco e desemboca na Lagoa Mundaú, já nos arredores de Maceió.

A poluição causada no Mundaú pela indústria açucareira é um dos grandes problemas enfrentados pela população de Murici. O rio também é foco de esquistossomose. O Mundaú foi um dos rios que teve maior elevação no volume de água. A enchente arrasou Murici. “A impressão era de que a cidade tinha sido bombardeada”, diz Edilson Ricardo.

No dia em que os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral estiveram presentes na cidade, a Escola Estadual Professor Loureiro, local de votação, encontrava-se totalmente alagada e suja. A exemplo de Quebrangulo, o cartório eleitoral de Murici também cogitava utilizar oficiais de justiça para entregar as convocações de mesários.

No entanto, a situação era ainda pior em Branquinha, município termo de Murici.

Branquinha: terra arrasada

Entre as cidades alagoanas atingidas pelas enchentes, a pequena Branquinha, com quase 11 mil habitantes, foi uma das que mais chamou a atenção da opinião pública. A força avassaladora das águas do Rio Mundaú praticamente engoliu a cidade.

Todos os prédios públicos haviam sido destruídos, inclusive o Cartório de Registro Civil do Município, o que tornava mais penoso para a população o processo de reaver seus documentos. “Branquinha sumiu do mapa”, resume Charles Augustus. “Vimos pessoas vagando sem o lar, sem documentos, sem nada”. Paulo Perez acrescenta: “Mesmo as pessoas que não tiveram a casa afetada tinham problemas com a documentação”.

O abastecimento de água ainda não havia sido normalizado durante a visita dos servidores do Tribunal Superior Eleitoral. Havia sido instaladas caixas d’água em frente às casas para suprir provisoriamente os moradores.

Mesmo antes da tragédia, o município já não contava com sinal para celular, devido à sua topografia. O cartório eleitoral de Branquinha utilizava uma casa residencial com linha

telefônica para realizar a comunicação. A Justiça Eleitoral, ali, também tinha dificuldades em encontrar mesários para trabalhar nas eleições, mas devido ao pouco grau de instrução da maior parte da população.

Dois dos quatro locais de votação de Branquinha estavam totalmente destruídos. Um terceiro foi condenado pela Defesa Civil. O único local de votação restante, localizado na parte mais alta da cidade, estava ocupado por desabrigados.

Havia dificuldades em definir o lugar em que seriam instaladas as barracas para os desabrigados e as tendas do Exército para a eleição, por falta de locais adequados, uma vez que os espaços disponíveis encontravam-se em áreas de risco de enchente ou de deslizamentos de encostas.



MUTIRÃO DA JUSTIÇA SOLIDÁRIA
LOCAMOS A POPULAÇÃO ATINGIDA PELAS ENCHENTES
RETIRAR A 2ª VIA DOS SEUS DOCUMENTOS. **É GRATUITO !**

Faixa em Branquinha conclama a população a tirar a segunda via dos documentos.



Devastação em União dos Palmares.

União dos Palmares: 12 mil desabrigados

Em termos numéricos, a histórica União dos Palmares, no interior de Alagoas, com pouco mais de 62 mil habitantes, foi a mais atingida pelo flagelo: nada menos que 12 mil desabrigados e centenas de casas derrubadas pelas enchentes.

Foi um duro golpe para a população do município, que vive fundamentalmente da cana-de-açúcar, assim como grande parte dos municípios da Zona da Mata alagoana. “Ver a casa, que é a base, a estrutura da sua vida, totalmente arrasada deixa qualquer pessoa desolada”, diz Edilson Ricardo. Havia a suspeita de que houvera rompimento do dique do Rio Mundaú, tamanha a força e o volume das águas.

Três dos quatro locais de votação haviam sido destruídos. O único lugar restante abrigava famílias flageladas. Eram muitas as dificuldades para se alocar novos espaços.

Os servidores do Tribunal Superior Eleitoral constataram que havia um lugar às margens da rodovia com capacidade suficiente para instalar as tendas para votação. Homens do Exército haviam feito terraplanagem na área. Entretanto, os engenheiros declararam sua inviabilidade, uma vez que o solo não havia sido compactado.

Os representantes do TSE sugeriram a realização de ação social do Sesi, para atendimento e prestação de serviços de cidadania à comunidade de União dos Palmares. A sugestão também havia sido apresentada em Palmares, Pernambuco.

Santana do Mundaú: um tanque arrastado por 70 quilômetros

Foram várias as imagens marcantes, registradas pela equipe do Tribunal Superior Eleitoral, referentes à destruição das cidades atingidas pelo flagelo das chuvas no Nordeste: a montanha de lixo em Barreiros, o cartório eleitoral destruído em Palmares, os trilhos retorcidos em Rio Largo. Mas a que mais impressionou foi a do gigantesco tanque de combustível, retorcido e destruído, fotografado nas imediações das cidades de São João da Laje e Santana do Mundaú.

Segundo Edilson Ricardo, a enchente do Rio Mundaú arrastou o tanque de combustível por 70 quilômetros, entre União dos Palmares e Santana do Mundaú. Jamais o rio transbordara com tamanha força. “Isso confirmava a suspeita de rompimento de dique”, diz ele.

Município termo de União dos Palmares, Santana do Mundaú foi a última cidade a ser visitada pelos servidores do TSE. Assim como em Branquinha, o Cartório de Registro Civil de Santana do Mundaú foi totalmente destruído. Não houve no município atuação das

autoridades no sentido de expedir novas inscrições. A população tinha que registrar o boletim de ocorrência para comunicar o extravio dos documentos.

Dos quatro locais de votação, apenas um havia resistido às enxurradas: a Escola Municipal Monsenhor Clóvis de Barros. Esse local abrigava a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, o hospital de campanha e o centro de doações, além de famílias flageladas. A equipe do TSE considerou inviável sua utilização para as eleições de outubro.

A topografia de Santana do Mundaú, apontada pelos integrantes da missão como a pior de todos os municípios visitados, dificultava a escolha de local adequado para a instalação de tendas do Exército a serem utilizadas nas eleições. Foi necessário efetuar diligências por toda a cidade até escolher o local, que foi aprovado pelo chefe do cartório eleitoral daquele município alagoano.



Tanque de combustível destruído em Alagoas.



Acampamento Esperança, em Barreiros.

Conclusões

Após o término da vistoria nos municípios alagoanos, os representantes do TSE reuniram-se, em Maceió, com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, com o vice-presidente, desembargador Orlando Monteiro Manso, e com o diretor-geral do órgão, o Coronel João Ramalho. Foram apresentados diversos aspectos observados durante a inspeção nas cidades, além de propostas de ações a serem executadas.

De volta ao Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, Mara Núbia chorou ao relatar à diretora-geral, Patrícia Landi, as experiências vividas. A equipe enviada ao Nordeste produziu um relatório, no qual foram elencadas diversas sugestões de ações preventivas a serem executadas pela Justiça Eleitoral em situações emergenciais. Entre outras sugestões, estavam:

- Elaboração de uma cartilha de procedimentos para ações na eventualidade de catástrofes, relacionada a pontos sensíveis ao processo eleitoral, tais como identificação de eleitores, convocação de mesários, contratação de técnicos de urna, procedimentos cartoriais especiais, proteção de documentos, etc.
- Criação de um gabinete de crise da Justiça Eleitoral, para agir em casos de calamidades públicas, tragédias, sinistros de qualquer natureza e outros acontecimentos que repercutam direta ou indiretamente em assuntos afetos à Justiça Eleitoral, com ações interinstitucionais conjuntas e concatenadas.
- Regulamentação da construção de edifícios da Justiça Eleitoral, de forma a contemplar as necessidades de salvaguarda em regiões de incidência de catástrofes naturais, notadamente enxurradas e deslizamento de encostas devido às chuvas.
- Digitalização de documentos cartoriais.

- Criação de um cadastro nacional de servidores voluntariados da Justiça Eleitoral, que se disponham a participar de ações e missões a serem realizadas em locais de incidência de catástrofes, em caso de necessidade de convocação emergencial.

- Provisionamento de servidores agentes de segurança judiciária para o auxílio dos magistrados nas regiões mais afetadas pelas enchentes ou regiões sujeitas a violência social e política.

Entre os participantes da missão a Alagoas e Pernambuco, havia o sentimento expresso de dever cumprido. “Do ponto de vista administrativo, a missão foi um sucesso e atingiu seus objetivos”, sentencia Paschoal Neto. “O TSE reagiu de forma adequada, no tempo correto, às necessidades dos dois tribunais regionais eleitorais”.

Além do sucesso institucional, era indubitável o sentimento de satisfação pessoal entre os integrantes da missão, por terem participado de um trabalho tão importante para a democracia brasileira. “A missão me engrandeceu em todos os sentidos”, diz Paulo Perez. “Fui útil à minha instituição, o que é uma satisfação muito grande. E fui útil ao meu país também”. Ele acredita que ainda há o que melhorar nos procedimentos para eventuais futuras ações institucionais do Tribunal Superior Eleitoral e se mostrou propenso a participar de novas missões dessa espécie.

Para Luiz Frank, além de ser um trabalho institucional e humanitário, a missão serviu como elemento motivador de cidadania e de mobilização contra as desigualdades sociais. “Precisamos olhar para o Brasil e lembrar que a realidade social é muito diferente”, diz ele. “Que possamos sair um pouco do nosso individualismo e lembrar que nossa ação cidadã, por meio do voto, é uma forma de pensar um pouco nessas desigualdades também”.



SGI

SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Esta obra foi composta na fonte Myriad Pro Light,
corpo 9, entrelinhas de 12 pontos, em papel Couché 170g (miolo),
e Couché Fosco 300g (capa).

